

Reforma Tributária: bom para o grande capital, mais impostos para a classe média e a maioria explorada

Por meio da PEC 45/19, o governo Lula deve alcançar o que sucessivos governos, desde Fernando Henrique Cardoso, têm tentando: realizar uma reforma tributária, que, em tese, “diminui” e “simplifica” impostos e, ao mesmo, aumenta a taxa de serviços e a desoneração da produção industrial e agropecuária, voltada, sobretudo, à exportação. É mais uma medida que, combinada ao PLP 93/2023 (do Arcabouço fiscal), deve beneficiar amplamente o grande capital nacional e internacional, e servir de mais uma fonte de saque das riquezas nacionais, piorando as condições gerais da vida das massas.

Um ponto central da Reforma, tal como já aprovada na Câmara, é a de transferência do montante de impostos pagos na produção para o setor de serviços. Isto é, a taxa de produção e migra para o consumo. Com isso, a indústria extrativista (minérios, produtos derivados do petróleo, etc.) e a agroindústria (soja, carne, celulose), que correspondem à quase totalidade de exportação do país, pagarão menos impostos, já que seu “consumo final” não é interno, e sim externo.

Assim, beneficiará – de imediato – o grande capital “produtivo”, prejudicando a arrecadação que os governos, desde os municipais até a União, extraem da produção capitalista exportadora. Enquanto isso, já que todos os economistas e o governo indicam que não haverá aumento da carga tributária, que fica sempre entre 25% a 33% do PIB, a perda de arrecadação na esfera da produção será “compensada” com o aumento no preço dos serviços. Segundo a Confederação Nacional do Comércio, a estimativa é que, em alguns setores, os tributos possam triplicar. Entre os serviços que devem ficar mais caros, estão serviços de “streaming” (netflix e outros); sobre certas drogas legais (álcool e cigarro); e também a taxa de alimentos. Atualmente, os itens da cesta básica nacional têm isenção de im-

posto. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados, o texto aprovado pela Câmara pode levar a um aumento de preços da cesta básica. Então, seja pelo consumo de produtos e/ou serviços, que atinge a classe média, seja pela alimentação, que atinge mais a maioria nacional explorada, haverá mais impostos para a população brasileira. Em suma: menos impostos para o grande capital, com destaque para a exportação, e mais impostos para a população assalariada.

Outro ponto fundamental é a “unificação” de impostos, que concentrará a arrecadação na União e estados, e retirará impostos dos municípios. A proposta é eliminar cinco impostos: IPI, PIS, Cofins (federais); ICMS (estadual); e ISS (municipal). Os três primeiros, federais, estariam sob a rubrica do CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços); e os dois últimos, sob a rubrica do novo imposto IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). A “simplificação”, a “unificação”, aqui tem duplo objetivo: o primeiro, é eliminar impostos que têm natureza de “contribuição social”, o PIS (Programa de Integração Social) e o COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), ambos previstos em artigos da Constituição Federal, e que devem ser repassados para a Seguridade Social. Embora haja desvios, como os conhecidos sobre os recursos do PIS, os dois impostos impactam as grandes empresas capitalistas (as pequenas, colocadas sob o imposto “Simples Nacional”, já não pagavam), repassando a elas parte do sustento da Seguridade (o que inclui desde seguro-desemprego a benefícios sociais). A “unificação”, na verdade, é a eliminação dos dois impostos sociais, que, sob a proposta atual, sem destinação ou “desenhos” certos, deixarão de existir. Note-se que os dois “novos” impostos incidem sobre “bens” e “serviços”: a noção de impostos que têm “impacto distributivo”, dentro de uma velha concepção social-democrata, cai por terra.

O segundo objetivo diz respeito à centralização da arrecadação. Por décadas, a oposição de governos estaduais e municipais não permitiu que uma tal reforma caminhasse. O ICMS estadual, por exemplo, servia de corda de guerra entre os estados, para “incentivar” tal ou qual empresa capitalista. A reforma impede as alíquotas diferentes. Além disso, como a taxa de produção, não importa onde está a produção. Os estados e os municípios já maiores e mais ricos tenderão a concentrar a arrecadação dos impostos e dos serviços, e poderão ter maior poder de decisão no Conselho nacional que fará o repasse parcial, já que terão voto com peso aumentado por conta de concentrarem maior população. A desigualdade regional se ampliará, ao mesmo tempo em que a União e os Estados mais ricos centralizarão a maior parte da arrecadação, que deve ser, assim, mais facilmente sugada para pagamento da Dívida Pública, favorecendo – mais uma vez – o grande capital, agora financeiro e parasitário, e prejudicando a existência dos municípios e estados mais pobres, com baixo consumo. Para “compensar” este descalabro, há, na proposta, a criação de dois Fundos, o “Fundo de Desenvolvimento Regional” e o “Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais”. A ideia é que os Fundos tenham recursos federais, e que totalizem R\$ 100 bilhões. O primeiro, permanente, para “incentivar” vantagens regionais, para atrair empresas; o segundo, temporário, para manter vantagens fiscais para as empresas, enquanto as alíquotas regionais são ajustadas ao IVA nacional. Em suma: aumento da desigualdade de desenvolvimento, centralização de impostos para os governos mais fortes pagarem a Dívida Pública, e fundos públicos para continuar “incentivando” empresas capitalistas, à custa do empobrecimento geral dos assalariados.

As pelegas, traidoras, direções sindicais, a exemplo da [continua](#) →

direção da CUT, saíram à público em apoio à aprovação da Reforma Tributária. Elogiaram que continuará a vinculação de recursos para a Seguridade, conforme previsto na Constituição, mas não podem dizer como isso ocorrerá, já que os impostos específicos foram eliminados, que o tal “Conselho Federativo” funcionará como mais um balcão de negócios para os partidos burgueses, que os Fundos criados não têm recursos certos e que não há, como apregoaram em carta aberta reproduzida, inclusive, pela grande mídia bur-

guesa, uma “segunda etapa” da reforma, que seria “justa” e garantiria uma “tributação progressiva”, antigo sonho dos reformistas no país.

A Reforma Tributária, ao contrário do que a burocracia sindical indica, não é nem “passo” para a “justiça tributária”. Ela é uma contrarreforma que busca garantir a lucratividade do grande capital, “produtivo” ou “improdutivo”, nacional e internacional. É complementar ao “arcabouço fiscal” porque desonera este grande capital, centraliza arrecadação, e per-

mite ampliar as fontes de saque das riquezas nacionais produzidas pelos trabalhadores.

Não defendemos nenhuma “reforma tributária”. Esta é uma bandeira burguesa a serviço unicamente dos capitalistas e de seus negócios. **Que só os capitalistas paguem os impostos e sustentem os serviços sociais, como a Saúde, Educação, Previdência! Abaixo mais essa contrarreforma burguesa! Abaixo a Reforma Tributária de Lula/Alckmin, a serviço do imperialismo e do grande capital!** ●

Direções do funcionalismo federal dão o tom da colaboração com o governo no próximo período: comemoram a abertura da “Mesa Nacional de Negociação Permanente”

As direções que compõem o FONASEFE (entre elas, a do ANDES/SN) comemoraram que, no dia 11 de julho, o governo, em uma cerimônia pomposa, recebeu a pauta de reivindicações dos servidores do Executivo federal para o ano de 2024.

Na parte da manhã, houve o “Protocolo”, em que diferentes ministros e secretários do governo Lula compuseram uma mesa com dirigentes de Centrais e dos dois Fóruns do setor, o FONASEFE e o FONACATE. Nesse momento, Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, defendeu a “*negociação perene, e não ao sabor do governo que entre*”, com a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que permitiria, por exemplo, uma data-base e negociações via Tribunais do Trabalho. A ministra ficou conhecida por anunciar, nos primeiros meses deste ano, o que o governo pretende fazer, mesmo sem a mentirada das “mesas de negociação”, mostrando que elas são uma farsa. Ela anunciou o reajuste deste ano ainda em fevereiro, mesmo quando as direções sindicais fingiam estar negociando em favor dos funcionários públicos federais. O seu anúncio, assim como o júbilo dos dirigentes sindicais, sobre a possibilidade de regulamentar a Convenção 151, já nos coloca um fragmento do que será o “discurso da vitória”.

Na parte da tarde, a farsa se consolidou com a apresentação dos principais pontos da Campanha de 2024, sobretudo o dos índices de reajuste exigidos pelas direções, já divididos em dois blocos: bloco I, no valor de 53,17%, para os servidores que não tiveram nenhum reajuste em 2018 e 2019; bloco II, no valor de 39,92%, para os que receberam cerca de 9% nestes dois anos. Obviamente, estes índices não foram debatidos e elaborados a partir das bases, por meio das assembleias. No caso do Andes-SN, sabemos que, em algumas universidades, não se realizam assembleias desde o início da Pandemia, em março de 2020. Segundo a proposta oficial das direções, estes índices têm como “importante argumento” o fato de que exigem do governo atual o mesmo que recebiam em julho de 2010, quando houve o último reajuste do segundo mandato de Lula. O “argumento”, portanto, é de conciliação com os governos do PT. As direções não partem do que exigem os trabalhadores ou a partir do que entendem como “necessidade de valorização” dos serviços públicos, como eles mesmo afirmam. Localizam sempre a reivindicação a partir do que consideram “possível” para cada governo. No presente ano, defenderam 19,99%, considerando apenas os últimos 4 anos, para não desestabilizar o novo governo eleito.

Nesta Campanha para 2024, já anunciaram para o con-

junto do governo o que querem: não querem “1 centavo” de aumento real, apenas querem ganhar como ganhavam no último governo Lula, e que aceitam receber os índices propostos, divididos em três anos (2024, 2025, 2026). Os dirigentes sindicais, ao defenderem esta proposta na Mesa, se apoiam, única e exclusivamente, no fato de que “perderam” durante o governo Bolsonaro, e querem retomar o período de “ouro” do governo Lula. Com desfaçatez, ignoram que o arrocho salarial, a queda no orçamento dos serviços públicos, começou ainda no governo Dilma. As universidades federais fizeram uma greve de mais de três meses em 2015, contra os cortes e em defesa de reajuste. Amenizam também, em suas falas, a centralidade da política do Arcabouço Fiscal, como se fosse possível recompor salários, orçamentos, garantir paridade de auxílios com os servidores dos outros poderes, etc., a partir da aprovação de mais esta política de austeridade fiscal, que objetiva concentrar recursos para aumentar o pagamento da Dívida Pública.

Da mentirada de uma Mesa de negociação sem luta, saiu já a data para a “grande mobilização” do funcionalismo, que deve ocorrer em 04 de agosto, quando o governo apresentará suas contrapropostas, a partir da pauta protocolada. O que as entidades têm chamado? Organizar caravanas para Brasília no dia 04, organizar campanha virtual pela revogação das “medidas bolsonaristas contra os(as) trabalhadores(as) do serviço público”, mobilizar (genericamente) as bases. Não há, de fato, uma campanha organizada, articulada, com materiais, com agenda de mobilização, com organização de assembleias de setores e unificadas, etc. Isso porque, logo após a reunião do dia 11 de julho, alguns dos dirigentes, em “live”, anunciaram que a luta deve ser “forte”, até o final de agosto, porque o governo tem até 31 de agosto para enviar a LOA para 2024. Isto é, a “grande Campanha unificada” deve ter seu auge no mês de agosto, porque assim o quer o governo burguês, que direciona sua macropolítica para o Arcabouço Fiscal e a reforma tributária, que penaliza os assalariados, sucateia os serviços públicos e mantém a saque das riquezas nacionais em favor do grande capital.

Como a maioria absoluta das direções dos partidos, dos movimentos, dos sindicatos e das Centrais estão sob a política de colaboração de classe, que estatiza os sindicatos, destrói a independência política, e subordina os interesses dos trabalhadores às necessidades do grande capital, teremos bastante dificuldade para erguer um movimento independente do funcionalismo federal, apoiado na mobilização das

bases em suas assembleias, em seus atos, em suas paralisações e greves. A tarefa, no entanto, é esta: romper com a colaboração, impondo a independência de classe a partir da luta pelas reivindicações e com os métodos da ação direta. Exigir a convocação das assembleias de base democráticas.

O funcionalismo federal, que sofre com a piora das condições de trabalho, com o arrocho salarial e com uma legislação cada vez mais repressiva, precisa se levantar contra as suas direções sindicais e organizar, a partir das assembleias presenciais, uma verdadeira Campanha Salarial para 2024. Para isso, deve também se apoiar nos problemas mais gerais

que enfrentam os trabalhadores do país, como o fechamento de fábricas, a redução salarial, o desemprego geral, para, em unidade, com o conjunto dos trabalhadores, enfrentar os capitalistas e seus governos. No interior do ANDES-SN, lutaremos para que se convoquem as assembleias, se debatam os pontos da Campanha, se organizem as agendas de mobilização, se criem os comitês de luta que reúnam os trabalhadores dos serviços públicos e a população assalariada. Este é o caminho para conquistar nossas reivindicações e defender os serviços públicos contra a política do grande capital, encarnada pelos governos burgueses, de esquerda ou de direita. ●

ISRAEL / Retomada dos protestos contra a reforma agravam a crise política e acirram as divisões internas à burguesia

Dezenas de milhares de israelenses retomaram as manifestações e bloqueios de rua, em protesto contra a aprovação em primeira instância, no Parlamento (Knesset), da Reforma Judicial. O que indica que a luta das massas contra o objetivo do governo de submeter o judiciário ao executivo, que já levam mais de seis meses, não têm arrefecido. O governo ultradireitista de Netanyahu tinha dito que iria revisar alguns de seus aspectos mais polêmicos, a exemplo do Executivo poder anular decisões judiciais. Porém, após anunciado o fim da “operação antiterrorista” no campo de refugiados de Jenin, na Cisjordânia, os deputados da base governista aprovaram (64 votos contra 56) no dia 3 de julho, em “primeira leitura”, restringir o poder da Suprema Corte de anular as decisões do governo e seus ministros que não se ajustem a motivações “razoáveis”, do ponto de vista jurídico e legal. Nota-se que, ao invés de aprovar o “pacotão” fechado, o governo vai colocando mudanças de forma em cada ponto polêmico, “fatian-do” assim a aprovação da reforma. Essa manobra responde ao objetivo de Netanyahu e aliados, de ter mãos livres para novas incursões militares que impulsionam os negócios da burguesia sionista associada à especulação imobiliária, à construção civil e à indústria militar, que estão na sua base social e política de apoio.

O problema é que esse jogo parlamentar e esses apoios não mudam as tendências de luta da maioria da população, contra o projeto de centralização ditatorial das instituições do governo Netanyahu. Ao mesmo tempo, aprofundam-se os choques inter-burgueses. O *American Jewish Committee*, grupo lobista judeu norte-americano, alertou dos perigos da divisão nacional para o Estado de Israel “cercado de inimigos”. A revolta da população contra a Reforma e a profunda divisão nacional podem ampliar-se ainda mais, o que acabará atingindo muito mais os negócios monopolistas. Estimam-se em US\$ 150 milhões as perdas em investimentos ou pela saída de capitais do país, perante a desagregação econômica e a instabilidade política. O que, combinado à perda de mercados regionais aos produtos e investimentos israelenses e imperialistas perante o avanço dos intercâmbios comerciais dos países árabes com a China, pode fazer a crise dar um salto à frente. Importantes Bancos (nacionais e estrangeiros), importantes empresas tecnológicas que se alimentam de investimentos estrangeiros, e Universidades, paralisaram suas atividades para permitir que seus empregados, funcionários e estudantes participassem dos protestos. Setores da burguesia e os manifestantes pressionam o Histadrut, principal central sindical do país, para que convoque uma greve geral. Mas, sua direção se negou a “paralisar a economia”, e convocou o diálogo entre os distintos sectores. A burocracia sindical receia em dar um passo que abra uma via para o proletariado, premido pela crise, se manifestar e começar a arguer suas reivindicações próprias, que impulsionariam

um choque aberto com a burguesia, que tudo faz para evitar que a governabilidade seja atingida, seja estando a favor do governo ou contra.

Ocorre que qualquer medida que enfraqueça excessivamente o governo significa abrir um caminho à vitória das massas e, portanto, comprometer a tendência à necessária centralização ditatorial que a burguesia mundial aplica por toda parte, visando a impor, goela abaixo dos explorados, os seus interesses. O governo Biden e a burguesia europeia oscilam entre condenar e apoiar o governo sionista, em nome de defender o Estado de Israel e sua “democracia”. Mas, fazendo isso, chocam-se com setores da burguesia que veem com profundo receio a forma como avança a diplomacia e interesses chineses no Oriente Médio, pela crescente revolta das massas árabes contra o sionismo e o imperialismo, por toda a região.

As manobras e oscilações na política das potências perante Israel são impostas pelas tendências objetivas da guerra comercial e de choques militares entre aquelas – que continuam a retroceder em suas posições mundiais – e os Estados Operários degenerados russo e chinês – que continuam avançando nos mercados mundiais e veem crescer sua influência na Ásia, África e América Latina. Daí o “perigo” assinalado por importantes frações da burguesia mundial, se se agrava a crise política interna do país. Ainda mais agora, que os protestos abandonaram a consigna de “debater a reforma” e começaram exigir sua anulação, e se observa uma tendência de fratura ao interior das Forças Armadas. Foi noticiado que milhares de reservistas se negam a cumprir sua convocatória ao exército, se a Reforma for aprovada.

Essas condições políticas são muito favoráveis à intervenção da classe operária em luta contra a burguesia, sob sua estratégia revolucionária. Mas, essa via acha-se bloqueada pelas divisões sectárias, nacionais e religiosas impostas pela burguesia (imperialista, sionista e árabe, cada qual à sua maneira e segundo seus próprios interesses). Se, de um lado, é fundamental derrotar o imperialismo, que intervém em toda a região, portanto, colocar-se muitas vezes ao lado de nações oprimidas contra as opressoras, de outro, é preciso colocar-se pela derrota de seu próprio país, quando este é o opressor. Daí que a vanguarda com consciência de classe está obrigada a defender a unidade das massas árabes e judias em luta, sob o programa comum pela derrubada da reforma judicial e a derrota da ofensiva sionista sobre os territórios palestinos. Uma derrota da burguesia sionista deixaria em melhores condições os explorados para impor suas reivindicações. É parte dessa tarefa, expulsar a burocracia sindical, que impede o proletariado judeu e árabe de superar o sectarismo nacionalista e unificar seus destacamentos sob um programa de reivindicações guiado pela plena igualdade de direitos, o fim de toda opressão nacional e a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. ●

QUE FIM LEVOU YEVGENI PRIGOZHIN, EX-CHEFE DO GRUPO MERCENÁRIO WAGNER?

O motim do grupo de mercenários Wagner, dirigido por Prigozhin, não foi além da ocupação por um dia do prédio do Comando militar do Sul da Rússia. Embora tenha entusiasmado a imprensa imperialista (e também alguns mal-informados e mal-intencionados esquerdistas), o motim se rendeu diante do ultimato ditado pela burocracia russa e comunicado pelo presidente de Belarus, Aleksandr Lukashenko. O Wagner foi dissolvido, Prigozhin foi deportado para Belarus, e teve seus bens expropriados pelo governo russo. A isso teve gente que chamou de “acordo que Putin teve de aceitar”. Lembramos de que todos os grupos paramilitares que atuam na Ucrânia ao lado da Rússia foram intimados, no início de junho, a assinarem um contrato que impunha a subordinação de seus efetivos ao exército russo. Contrato que Prigozhin se recusou a assinar.

Prigozhin ainda voltou à Rússia e seu reuniu, junto a seus comandantes, com Putin, que lhe ofereceu a continuidade dos serviços sob o comando do exército. Apesar do acordo de seus comandantes, Prigozhin o recusou, e desapareceu desde então.

A imprensa divulgou que 3 generais russos sabiam das intenções de motim do Wagner. Um deles está desaparecido, outro morreu supostamente num ataque aéreo na Ucrânia, outro foi morto por um tiro enquanto corria.

Não se verificou uma única fração da burocracia que controla o Estado se manifestar contra Putin, ao contrário, tudo indica que Putin saiu com maior poder de centralização buro-

crática após o motim do Wagner, para tristeza das potências imperialistas e comentaristas esquerdistas da luta de classes.

Enquanto isso, a contraofensiva ucraniana dirigida e armada pela OTAN vai de mal a pior. Os famosos tanques alemães e ianques viraram os alvos mais fáceis do exército russo, e têm sido substituídos na linha de frente pelos velhos tanques de fabricação soviética, de 35 a 40 anos atrás.

A incapacidade da OTAN em derrotar a Rússia está no apoio da população russa do Leste à Rússia, na maior tecnologia militar desenvolvida pelo estado operário degenerado (resultado da preservação da conquista revolucionária da propriedade estatal), e na decadência geral das potências imperialistas na atual fase de decomposição e crise capitalistas.

Ao proletariado mundial interessa sim o resultado dessa guerra. Interessa a derrota das potências imperialistas que oprimem a maior parte do mundo e seu enfraquecimento internacional. Interessa preservar a propriedade nacionalizada da produção industrial e agrícola, obra da revolução proletária, que deve ser tomada das mãos da burocracia pelo proletariado e colocada a serviço da revolução socialista mundial. Apenas por isso nos colocamos ao lado da Rússia contra a OTAN, apesar da burocracia totalitária e de seus métodos burocrático militares, que não será capaz de ir até o fim para derrotar as potências capitalistas. Somente o proletariado no poder será capaz de fazê-lo – e isso é a revolução política, que derrubará a burocracia e recolocará o poder político e econômico nas mãos do proletariado. ●

GUATEMALA / Eleições conturbadas e disputas aparelhistas distraem as massas e as afastam da luta pelas suas reivindicações

Três semanas depois de realizadas, as eleições foram finalmente oficializadas. O Superior Tribunal Eleitoral, informou que Sandra Torres (Unidade Nacional e Esperança), com 888.924 votos, e Bernardo Arévalo (Movimento Semente), com 653.486 votos, concorrerão ao segundo turno. 18% da população decidiu anular seu voto. Se contabilizados em votos, superaram os recebidos por Torres.

A eleição foi marcada pelos escândalos e tentativas de golpes eleitorais. Dois candidatos foram impedidos de participar, por decisão do TSE. E a oficialização do segundo turno foi precedida por um pedido dos partidos oligárquicos para a recontagem de votos em centenas de urnas, por suposta fraude. O principal alvo foi Arévalo e seu partido de oposição. Horas antes da decisão do STE, um juiz iniciou causa penal contra ele, por “falsificação de registros eleitorais”. A remoção judicial de Arévalo permitiria ao candidato apoiado pelo atual governo, em 3º lugar, disputar o 2º turno. A tentativa de golpe judicial não prosperou, e o candidato do Partido Semente, que se alinha com o imperialismo estadunidense na condenação do governo da Venezuela, no posicionamento em favor da OTAN na guerra da Ucrânia e pela separação de Taiwan da China, vai ao 2º turno.

A embaixada norte-americana e a OEA se pronunciaram a favor da decisão do TSE, assim como Torres e a União Europeia. As câmaras empresariais guatemaltecas se pronunciaram no mesmo sentido. A decisão do TSE confluiu, como se vê, com a posição das frações decisivas da burguesia nacional e imperialista. Porém, isso não obscurece o fato de que existe o temor da possibilidade de qualquer governo, de “esquerda” ou de “direita”, vir a afetar seus interesses, a exemplo do que se passou em Honduras, se aproximando da China. Não obstante, é melhor para a burguesia preservar a governabilidade burguesa em pé, e pressionar, qualquer que seja o governo eleito, a manter as políticas antioperárias e antinacionais que todos os governos burgueses de plantão têm aplicado.

Desde o fim da ditadura militar, há quatro décadas, as eleições burguesas foram marcadas quase sempre pelo “voto castigo”. Cada presidente acaba com seu mandato profundamente rejeitado, e os candidatos prometem “mudar tudo”, mas “tudo” continuou igual: a minoria burguesa se enriqueceu cada vez mais, enquanto as massas afundaram mais ainda na pobreza extrema, e que hoje afeta 60% da população. Por isso, a contínua fragmentação eleitoral não afeta a governabilidade burguesa. Nunca, nas eleições, nenhum candidato superou 25% dos votos válidos. Entretanto, sempre continuou no poder, a oligarquia comercial associada ao imperialismo. Como se pode ver, a fragmentação favorece o objetivo de manter acesas as ilusões democráticas, as manobras da grande burguesia nacional e, fundamentalmente imperialista, de se aproveitar das disputas inter-burguesas para impor seus interesses mais gerais, preservando ainda seu regime político em permanente crise.

Essa situação também esteve na base dos levantes populares de 2015, 2020 e 2021. As massas oprimidas nacionais se revoltaram contra os governos de plantão, e combateram as contrarreformas, privatizações, ajustes, etc. Estava claro que os governos mudavam, mas permanecia a mesma política. Quem ganhar em 20 de agosto, no segundo turno, retomará a agenda de contrarreformas e ataques, sob ditames do imperialismo, que desgraça as massas. Não importa quem ganhe, nas condições de desagregação capitalista e ofensiva dos governos, as massas terão de erguer suas reivindicações próprias e retomar a via dos levantes. Mas, para que não tenham de repetir, uma e outra vez, a via de voltar a apoiar tal o qual candidato no futuro, e avancem na luta de classes, a vanguarda com consciência de classe está obrigada a desenvolver o programa de reivindicações comuns que permita aos oprimidos dar um salto em sua independência de classe e na luta de classes, sob o programa revolucionário do proletariado. ●